

ARTIGOS

A ORIGINALIDADE HINDU E A SUA SOBREVIVÊNCIA.

INTRODUÇÃO.

O Oriente sempre apareceu aos ocidentais como um quadro fascinante e misterioso. Nós brasileiros, pouco sabemos da realidade hindú, e êsse pouco, em geral, é falso ou deturpado pela fantasia.

A Índia é um mundo, como bem diz Masson-Oursel:

“Ela só, forma na diversidade das suas condições naturais, todo um mundo, se bem que um isolamento relativo a encerre em si mesma” (1).

A Índia deverá desempenhar um importante papel no mundo contemporâneo, pois é a segunda nação mais populosa do globo, além do que está entre dois blocos ideológicos diferentes: o comunista e o democrático. Foi unificada sob o domínio inglês, mas em 1947 dividiu-se em dois estados: o Paquistão e a União Indiana. Na realidade, apresenta-se como um mosaico de estados, de povos diversos, de inúmeras línguas, e de diferentes religiões, que coexistem lado a lado. Não há propriamente uma “nação” hindú, mas uma **civilização hindú**.

A Índia atual, apresenta um quadro complexo de raças. Várias são as classificações raciais, entre as quais a de Risley, ou a de Guha (Renou-Filliozat, **L'Inde Classique**). Distinguem-se aí as raças pré-históricas e as atuais. Segundo Guha, há na Índia os seguintes tipos: a) proto-australóides; b) tipos de base dolicocefala; c) tipos do hindú; d) alpo-dinárlicos; e) proto-nórdicos; f) tipo oriental, e alguns outros que só aparecem nos confins da Índia.

Se a composição da população é, como se verifica, bastante heterogênea, o quadro das religiões não é mais simples, pois há uma boa quantidade de credos diferentes. São em maior número os induístas, seguidos dos muçulmanos e depois, em ordem decrescente, dos animistas, cristãos, sikhs, jains, budistas, parsis e “diversos”. Os muçulmanos predominam no Pa-

(1). — Masson-Oursel, *La Índia Antigua y su Civilizacion*, pág. 1.

quistão, mas são também numerosos em diversas áreas importantes da União Indiana, como em Delhi, Benares, Calcutá e circunvizinhanças. Os induístas estão difundidos por todo o território hindú, enquanto o cristianismo teve pequena difusão, estando quase que limitado a Gôa e ao extremo sul da península hindustânica. A difusão do cristianismo deu-se nas camadas inferiores da população, principalmente entre os “impuros”, já que essa religião não vedava a ascensão social aos rejeitados. A maior oposição ao cristianismo sempre partiu dos principais chefes das facções políticas e religiosas majoritárias, desejosos de conservarem suas posições privilegiadas, intimamente ligadas na Índia induísta à tradição e aos costumes antigos.

Ao lado de grupos humanos tão diversos era de se esperar também diferenças culturais e lingüísticas marcantes. O domínio britânico procurou difundir o uso do inglês na Índia, conseguindo-o no que se refere às elites; todavia a massa da população prosseguiu apegada aos dialetos arcaicos. Assim, ao lado do moderno encontra-se a todo momento o antigo. É preciso considerar a Índia como o resultado de uma amálgama que data de milhares de anos. Aí são encontradas tanto culturas avançadas, como as que beiram o primitivismo, como refere o Rev. Pe. Vath:

“Um quadro da indianidade considerado do triplo ponto de vista étnico, cultural e religioso, dá a impressão do confuso e do contraditório: eis, de um lado, o imemorial aborígene da selva, com sua civilização da idade da pedra, seu culto de fetiches, sua adoração aos espíritos, e do outro o ariano quase puro de raça, que medita sobre o ser ou não ser divino, e cria em literatura obras primas” (2).

A Índia conservou entre êsses dois extremos todos os tipos de raças, religiões e culturas; a grande heterogeneidade nos faz crer que se trata realmente de um mundo em miniatura, onde se misturam o passado e o presente, mas um passado vivo e atuante. Para compreendermos a Índia atual é necessário buscarmos as razões da sua maneira de ser no seu passado. O impressionante nessa terra misteriosa é a conservação da sua originalidade a despeito de tudo. As razões dessa persistência e dêsse êxito, é o que tentaremos explicar neste trabalho.

(2). — Rev. Pe. Vath, *Histoire de L'Inde et de sa Culture*, pág. 13.

I. — A ÍNDIA ANTIGA.

O conceito de História.

A História Moderna e Contemporânea da Índia apresenta-se mais bem pormenorizada e fidedigna do que a Antiga. A razão disso é que os maiores contactos com o mundo moderno e contemporâneo, deram ensejo a uma série de referências de religiosos sobre aquela área oriental, que serviram como documentação para estudos históricos. Já a História Antiga, torna-se obscura, aparentemente confusa e até caótica na sua sistematização. A maior dificuldade que se nos depara no seu estudo é o conceito hindú de História. Costuma-se mesmo aludir (Silvain Lévy) que a Índia não tem História, ou pelo menos História própria. Na realidade, o que faltou aos hindús foi o emprêgo mais intenso da escrita, pois escreveu-se pouco e tardiamente. Para conservar o seu predomínio, a casta superior, detentora do saber, opunha-se à divulgação do conhecimento e não escrevia muito, para não popularizar o saber. Outra dificuldade reside na maneira de como a elite intelectual relatava os acontecimentos, fazendo surgir os fatos verídicos de mistura com a fantasia, sem a mínima preocupação cronológica, aparecendo assim menos como cronistas ou historiadores do que consumados poetas. A sua preocupação poética é acompanhada de um cunho moralista que ressalta do fato evidente, de pretenderem sempre mostrar a lição que o passado encerra (3). Além disso, o próprio meio hindú dificulta o conhecimento do seu passado, pois numa terra de tantas raças, línguas e religiões, faltou uma unidade. Só um povo unificado tem História. Aí encontramos uma série de genealogias e anais, que pertencem a grupos diversos, superiores e que nos dão idéia do geral, pois só algumas vezes existiu em uma grande porção do território hindú uma unificação política, religiosa ou social. Corroborando o acima dito temos o testemunho de Masson-Oursel:

“Só os povos unificados possuem História. A Índia, cenário de alguns episódios, carece de História porque não foi nem um império, nem uma pátria, nem uma nação” (4).

(3). — A esse respeito diz Pe. Vath: “E’ que a Índia antiga não teve um Heródoto — produzir um historiador foi sempre recusado para o seu gênio — e se por acaso ela se aventura sobre o terreno dos fatos históricos, mistura seu escrupulo, ficção e verdade. Op. cit., pág. 48.

(4). — Masson-Oursel, op. cit., pág. 48.

Apesar disso tudo, os ocidentais tentaram reconstituir a História dessa terra e, para conhecermos a Antigüidade hindú é imprescindível recorrermos às ciências auxiliares da História: à Arqueologia, à Literatura, à Numismática e particularmente à Epigrafia.

Várias grutas foram residências de adeptos de diversas seitas que deixaram nelas inúmeras inscrições utilizáveis para a História. Há também vestígios de monumentos votivos, como os de Gandhara na Índia Central e do Decão Oriental. Certas religiões deixaram inúmeros mosteiros e templos, como os dos jainas na Rajaputana, no Kathiavar. Algumas dinastias mandaram construir vários, como é o caso dos Cálukyas, dos Pallava. Tais monumentos são testemunhos de fé, de prosperidade, de gosto artístico e são, principalmente, documentos históricos. Várias são as esculturas (relevos decorativos, estátuas) que também servem à História.

Quanto às fontes literárias, há diversas crônicas em pâli, do Ceilão, que são os documentos históricos mais antigos da Índia (ex: **Dipavamsa**, **Mahāvamsa**). Temô-los também da Idade-Média, as crônicas em sânscrito, que visam mais o valor literário do que a cronologia dos fatos, como por exemplo a **Rajatarangini**, crônica do Kaçnur. Em sânscrito há numerosos panegíricos de santos e reis, que com prudência podem servir ao historiador. Há também textos prakritos e poemas históricos em hindí, servindo êstes últimos particularmente ao conhecimento das listas dinásticas. Devemos levar em conta os textos religiosos, principalmente os budistas e jainas que servem para a História religiosa e política. Já os textos bramânicos e induístas, apesar de não serem históricos têm algum interesse, como por exemplo o Rgveda, que nos conta a invasão dos arya. Textos post-védicos sânscritos, apresentam numerosos dados históricos, como é o caso dos **Purâna** que nos fornecem listas dinásticas e outros informes. Devemos lembrar ainda os textos dos tamouls que são constituídos de numerosos poemas profanos, escritos entre a metade do primeiro século a. C., e os primeiros séculos d. C. Para o aproveitamento dessas fontes literárias são necessárias, além de paciência, muita prudência e uma correlação com outras fontes.

A ciência que mais nos ajuda a conhecer a Antigüidade hindú, é a Epigrafia. As inscrições em materiais duros, permitiram a sua conservação até os nossos dias. São inúmeras, e existem dentro e fora da Índia como no Cambodge e em Bornéu. Elas têm diferentes objetivos que proporcionam a sequin-

te classificação: 1). — proclamações e decretos; 2). — inscrições comemorativas; 3). — panegíricos; 4). — de fundação ou doação; 5). — inscrições votivas; 6). — inscrições de piedade; 7). — inscrições explicativas e diversas outras. As mais antigas e principais são devidas a Açoka; há também as dos Saka, dos Kusana, dos Gupta e muitas outras, tôdas constituindo-se em preciosos subsídios para o conhecimento da Antigüidade hindú.

Há que lembrar o relevante papel da Numismática nessa pesquisa, e mais do que isso, o das fontes estrangeiras. Assim, temos os documentos iranianos como as inscrições de Dario, em persa antigo, a de Bekistan, e o próprio **Avesta**, que nos dá informações do pensamento hindú; documentos gregos como os informes de Ctésias, de Heródoto e informações sôbre a expedição de Alexandre. Há também os documentos latinos, chineses e, após a descoberta de Hipalos (45 d. C.? — utilização das monções para a navegação), temos maior número de documentos geográficos e comerciais, devido aos mercadores que mantinham relações com a Índia. Enfim, várias são as fontes que examinadas com critério e muita paciência, poderão trazer luzes sôbre a Antigüidade hindú.

História Política.

A História da Índia antiga é complexa, incerta em numerosos de seus períodos, devido não só ao problema das fontes, mas também à intervenção de uma grande diversidade de tipos humanos e seus agrupamentos. Os estudiosos ocidentais, não sem dificuldade, elaboraram um quadro geral dos grupos ingredientes dos períodos históricos mais primitivos. Inicialmente, considera-se uma Índia pré-ariana e uma Índia ariana. Na primeira época, existiam na Índia populações primitivas como os veddas do Ceilão, os khonds, disseminados pelas áreas centrais e Orissa, os kols, os katharis, os thakours e os munda. Entretanto, êsses grupos foram absorvidos por uma onda dravídica, que se lhes sobrepôs quase inteiramente, restando poucos agrupamentos fora dessa mesclagem. Êsses mesmos drávidas mesclaram-se com outros grupos, dominando praticamente tôda a Índia. No sul, ficaram êles relativamente preservados de novos cruzamentos, de molde a, até hoje, predominarem aí línguas dravídicas como o tamoul, o telougou, o malayalam, o kannarais e o toulou, entre outras. Os drávidas pré-arianos tinham como religião uma mistura de elementos seus, com práticas re-

ligiosas pertencentes aos grupos primitivos absorvidos. Daí a adoração de deuses da montanha, de espíritos, de demônios e animais. Eles mantiveram contactos comerciais com o Egito e Babilônia.

Na região setentrional existiu, no terceiro milênio, uma civilização que ficou conhecida com o nome de civilização de Mohan-jo-Daro e cujos principais elementos se dispunham ao longo dos cursos dos rios. A partir de 1922, exumaram no distrito de Larkana, casas com vários andares, fontes, salas de banho, mas nenhum templo. Adoravam uma deusa-mãe e um deus que se assemelhava ao futuro Siva. Esta civilização possuía também uma escrita e um urbanismo bastante desenvolvido, acreditando alguns autores ser ela dravídica e outros não.

Surgiram em seguida aos drádivas, tribos mongolóides da Indochina, de civilização neolítica que, permanecendo no norte e centro, mesclaram-se com os grupos pré-existentes. No oeste foram absorvidos sem deixar vestígios que, entretanto, são encontrados entre os munda do Chota-Nagpou, e entre os soras do distrito de Gandjam. No norte, da Idade da Pedra passou-se à do Cobre que durou até a chegada dos arianos, que trouxeram o ferro; no sul passou-se da Idade da Pedra para a do Ferro, graças também aos arianos.

Ariano, segundo o Pe. Vath, é a designação de iranianos e hindus, nome dado por eles próprios a si mesmos. Ambos constituem o grupo oriental da família indo-européia. Este termo na Índia é aplicado aos imigrados da “raça mestra”, que são assimilados como de “nobre nascimento”, e fazem parte de “amigos”, em oposição aos primitivos habitantes que são inimigos, denominados “*dasas*” ou “*dazyus*”. Cerca de 1500 a. C., invadiram a Índia, provavelmente pelo noroeste e ocuparam definitivamente a região. Os habitantes da bacia do Indo e do Pendjab, de pele escura, foram exterminados ou repelidos, mas uma minoria tornou-se escrava e uma parte fez-se aliada. Pouca foi a miscigenação entre eles, predominando o ariano.

Os “*bharatas*” desse grupo, estabeleceram-se ao longo do rio Sarasvati e o seu domínio, chamado Bharatavarcha, tornou-se “terra santa”. Essas tribos arianas elaboraram a literatura “*védica*” em sânscrito, e um dos livros védicos dá-nos informações sobre a sua vida na nova terra. Eles eram divididos em clãs e repartidos em aldeias, e viviam da agricultura e do pastoreio. As aldeias agrupavam-se em distritos e estes em tribos chamadas *djanas*. As tribos viviam justapos-

tas e cada uma sob um rei hereditário, com diversas funções: juiz, chefe, guerreiro. A sociedade dividia-se em: 1) sacerdotes (Brâmanes); 2) príncipes e guerreiros profissionais (Kchatriyas); 3) povo livre (Vaicyas). Eram de côr clara e faziam distinção com os de côr escura (primitivo habitante) que era escravo (çoudras). Esse era o esquema inicial da instituição das castas. Cada classe tinha a sua função específica, mas em caso de guerra todos lutavam, salvo os sacerdotes que invocavam os deuses para obterem a vitória. Trabalhos manuais não aviltantes eram feitos pelo povo livre, e os demais serviços eram executados pelos çoudras. A endogamia era a regra geral, sob um sistema patriarcal. Utilizavam o cobre e o ferro e eram simples e rudes.

Quanto aos aspectos religiosos, sabe-se que inicialmente adoravam o deus-pai que trouxeram da terra natal, depois passaram a adorar os fenômenos da natureza. O deus favorito é Indra, que abate o negro demônio Vritra, que distribui as chuvas, afasta os inimigos dos fiéis. Há também deuses solares como Soruya, Mitra e Vichnou. Em geral, os deuses são masculinos, raramente femininos. O culto compunha-se de oferendas, e havia a crença de que os bons depois de mortos tinham seu repouso no reino de Yama.

Do noroeste, passaram para a bacia do Ganges e avançaram para o sul. Na Índia Central, houve a divisão em dois grupos dinásticos, um reclamando para si uma ascendência lunar, e o outro uma origem solar. O primeiro, ocupou a região de Kuru, dos pancala, a bacia do Ganges superior, que foi o coração da Índia bramânica. O grupo dito de ascendência solar, ocupou a região dos koçala e dos videha. Em 600 a. C. missionários brâmanes e mercadores atingem o sul até Ceilão e difundem a sua religião e civilização. A eles se devem os esboços das filosofias e ciências na Índia, bem como a elaboração de uma literatura sacra e épica. Devem-se-lhes também a introdução do culto védico, estabelecendo a supremacia religiosa da casta dos brâmanes que celebrava o culto.

Depois dessa leva de arianos, devemos destacar as que invadem o país no fim do século VI a. C., constituídas por persas aquemênidas. A penetração deu-se pelo oeste, dominando a bacia do Indo. A seu respeito existem informações persas e as de Heródoto. Nesse interim, ocorrem dois movimentos religiosos na Índia, o do Budismo e o do Jainismo, desenvolvendo-se a vida política principalmente na Índia Central.

A conquista começou com Ciro, que destruiu a capital do Kapisha. Dario numa inscrição cita o fato de que o baixo Indo é uma satrápia do seu império; desde a conquista do vale daquele curso fluvial, Dario passa a servir-se do Oceano Índico. Heródoto refere-se à conquista, confirmando as informações persas e aduzindo que os hindus pagavam a Dario 360 talentos de ouro em pó, cifra essa talvez excessiva. A extensão do império não é conhecida, mas sabe-se que a sua duração foi até a batalha de Gaugameles contra Alexandre. Este venceu a Dario III em 331 a. C., onde os indianos lutaram ao lado dos persas. Grande foi a influência persa na Índia, e este império serviu como ponto de ligação, entre essa terra misteriosa e a Grécia, como provam as moedas gregas do século IV a. C.

Alexandre, vencedor de Dario, toma posse do império persa e invade as satrâpias hindus. Apesar de haver vencido a Dario na batalha de Gaugameles, Alexandre não teve facilitada a conquista, pois teve que lutar contra Bessos, sátrapa dos bactrianos que se uniu aos de Aracósia e da Drangiana. Em 330, conquista a Aria e Aracósia, fundando aí “Alexandrias”; em 329 subjugou a Bactriana, fundando também novas “Alexandrias”; continuando para o norte, tomou a Sogdiana. Alexandre pretendeu conservar seu domínio sobre a Índia com exagerado absentismo. Deixou vassallos hindus no norte do Pendjab e nas satrâpias aquemênidas do sul do Pendjab e no Sindh; Filipe foi sátrapa entre os málava e Peithôn no Sindh. Todavia eles não puderam manter-se aí por muito tempo, e o golpe decisivo foi dado pelo futuro imperador Sandragupta. Dez anos depois da entrada de Alexandre na Índia, findava o seu efêmero domínio.

O contacto fôra brutal, rápido e não permitiu conhecer a civilização hindu, tirando a Grécia pouco ou nenhum benefício com o seu domínio, e sofrendo muito a Índia sem beneficiar-se também. A administração alexandrina foi semelhante à dos sátrapas aquemênidas. O conquistador não chegou a atingir o centro da civilização hindu, portanto não se pode considerar a sua expedição como um fato transcendental para a Índia. Entretanto, depois dêle, maior foi a influência da Grécia sobre a Índia.

Sandragupta livrou a Índia de Alexandre para dominá-la, tirando a dinastia do Magadha e fundando o império dos Maurya. Seleucos declara-se rei da Babilônia, mas não pôde advogar para si as possessões indianas.

O império dos Maurya.

No tempo de Alexandre, como no de Buda, existiam na Índia numerosos reinos, uns maiores, outros menores, e estados livres governados por assembléias aristocráticas. O mais importante desses reinos era o de Magadha, que tornou-se o centro do primeiro grande império hindu. Aí governavam as dinastias dos Çaiçunaga, dos Nanda. Sandragupta venceu um Nanda e fundou uma nova dinastia a dos Maurya. Ele era um Ksatriya e pertencia a um clã Maurya, e foi auxiliado por um brâmane para tomar o poder. E' ele o Sandrakotos ou Sandragyptos dos gregos, contemporâneo de Alexandre e de Seleucos Nikator. Essa correspondência foi a base para datar precisamente os fatos da Índia antiga.

Sandragupta, rei do Magadha, estendeu seus domínios para o norte, com satrápias persas e terras conquistadas por Alexandre. Seleucos viu-se obrigado a fazer um tratado com o rei, no qual lhe cedia as satrápias indianas de Daria, Gandhara e Hidu. Em troca, Sandragupta lhe daria 500 elefantes e reconhecia aos gregos uma casta, para que estes pudessem casar-se legitimamente com indianas, admitindo-os na sociedade hindu. Seleucos enviou um embaixador — Megástenes — para o reino hindu. No sul Sandragupta apoderou-se das regiões de Guirat e de Avanti.

O mais importante rei da dinastia Maurya é Asoka, neto de Sandragupta, que se converteu ao budismo e erigiu 84.000 monumentos budistas. Asoka tornou-se um rei pacífico e liberal e administrou bem o seu reino. Enviava inspetores de cinco em cinco anos aos territórios que governava diretamente, e de três em três anos aos vice-reinos confiados aos príncipes reais. O seu império era imenso e ele esforçou-se para estabelecer aí uma ordem ideal. Reinou 37 anos e morreu em 272 a. C. A dinastia Maurya reinou 137 anos, segundo os **Purâna**; todavia pequenos príncipes diziam-se Maurya, como no Konkan, até o século XI d. C.

Substituiu a dinastia Maurya, a dos Çunga, no início do II século a. C.; o seu primeiro mandatário foi Pusyamitra. Magadha deixou de ser o centro do império e este perdeu a sua coesão política e com ela o próprio poderio. Todavia, a civilização e as artes continuaram evoluindo como testemunham os monumentos budistas de Sânci e de Bharhût. O enfraquecimento da dinastia leva à ruína o império. A Índia sofre então novas invasões pelo noroeste, que penetram mais longe do

que as de Alexandre. Acredita-se que a queda dos Çunga deu-se em 64 a. C., e que êles foram substituídos pelos Andhra.

As grandes invasões.

Em 250 a. C., aproximadamente, Diodotos, sátrapa da Bactriana, torna-se independente de Antiocos II. Seu filho Diodotos II assumiu o título de rei e aliou-se aos partas contra Antiocos III, mas foi morto e substituído por Eutídemes. Antiocos III resolveu fazer-se obedecer e inicia uma campanha contra os partas e Eutídemes; mas êste último negociou a paz com êle em 206. Demétrios, Apolodotos e Menandros, fazem incursões na Índia e apoderam-se das satrâpias aquemênidas. Todavia o grego Eucrátides, agindo por conta própria ou enviado por Antiocos IV, tomou a Bactriana.

Os gregos vão para o oeste e também para a Índia Central, mas são repellidos e retornam para noroeste. Menandro não deixou a Índia, pois conservou um reino no Pendjab, cuja capital era Sâgalâ. Êste grego deixou profunda impressão no espírito hindu, pois a literatura faz muitas referências a êle, havendo uma obra exclusivamente a seu respeito que é a **Milindapanha** (Questões de Milinda). Os príncipes gregos sucessores de Menandro, são apenas conhecidos de nome, e reinaram em diversas áreas do noroeste.

Eucrátides, assassinado por seu filho Heliócles, foi substituído por êste no reino da Bactriana, que perdeu para os invasores vindos da Ásia Central. A duração dos reinos gregos foi pequena, mas a sua influência na Índia foi enorme.

No início da era cristã a movimentação de povos na Ásia Central obrigou outros povos a se deslocarem, como os iranianos orientais que, na sua migração atacaram os partas e gregos da Bactriana. Os saka, que estavam estabelecidos ao norte do Oxus, pressionados pelos yue-tche, vão para o sul e instalam-se na região do Seitan. Aí tornam-se vassallos do rei parta, Mitridates II (123-88). Depois de sua morte, os sakas estendem seu poder na Índia sob a chefia do rei Moga. Tomam Cabul, Taxila e formam um grande império. Um dos seus reis, Gondofaris, parece ter governado sôbre um vasto território que compreendia o Seistan, o Cabul, o Pendjab Ocidental e o Sind.

Na região do Guzerat estabeleceram satrâpias indo-citas, na segunda metade do primeiro século da era cristã.

Logo surgiu uma rivalidade entre o poder dos soberanos satabâhanas e o das satrâpias indo-citas. Todavia no Cabul sur-

gem os cuchana, que se apoderam da região. O chefe Cujula Cadfises venceu os sakae e o seu sucessor, Vima Cadfises, apropriou-se do domínio indo-parta: Ghandara e Pendjab.

Um dos maiores cuchanas foi Kanishka, que tem destacado lugar na literatura búdica sânscrita. O seu império era imenso, indo do oeste da Índia ao noroeste do Irã; os cuchanas permaneceram por muito tempo no noroeste. Recorda-se que ao lado do império de Kanishka, subsistiram as satrápias saka no oeste da Índia.

Os sátrapas saka denominados ksaharâta e os ksatrapa de Ujjayini, substituíram o poder imperial dos cuchana. Esses acontecimentos deram-se ao norte e na parte central da Índia. Durante o período das grandes invasões, boa parte da península nada sofreu, continuando normalmente a sua existência. Assim, conservaram-se os pequenos reinos; mas no sul, procuraram constituir um império para servir de "estado-tampão" aos invasores. Esse império é o dos satakani. No século anterior ao advento de Cristo, passaram a predominar os satakani, príncipes do Decão, que repelem os invasores. Conseguem derrotar os ksaharâta, mas são vencidos pelo ksatrapa de Ujjayini.

Quanto ao extremo sul, fragmenta-se em vários reinos dravídicos, que freqüentemente atacavam e pilhavam o Ceilão. Esses invasores difundem a cultura tamoul e o budismo naquela ilha.

A predominância política passa do Magadha para o sul, no primeiro século de nossa era. No III século surgiu no sul uma grande dinastia, a dos Pallava, que procuram indianizar a Indochina e a Indonésia.

Todavia, no século IV, o poderio político retorna ao Magadha, através da dinastia Gupta, que domina toda a Índia, salvo o Decão. O seu domínio dura do IV ao VI século d. C. e é o de maior brilho na cultura na Índia Clássica.

Os gupta tiveram que lutar contra os ksatrapa ocidentais, contra os cuchana do noroeste, que tinham sofrido invasões dos kidaritas (povos da Ásia Central). Desses embates saíram vencedores os gupta. Depois da invasão dos kidaritas, surgiram também pelo noroeste os hunos keftalitas, que entram em choque com os gupta e dominam a região de Málava (oeste da Índia). A reação indiana não se fez esperar e os hunos são repellidos para o noroeste. Aí, no início do século VI, entram em choque com os sassânidas que, coligados com os turcos, derro-

tam-nos no Gandhara. Eles não tiveram melhor sorte que os outros invasores.

Quanto aos gupta, que tinham o poder político, perderam-no e o seu território é dividido entre vários reinos. No início do século VII um desses reinos, o de Sthaneçvara, que ficava na fronteira ocidental da Índia Central, sobrepujou os demais devido ao seu grande monarca Harsovardhana. Esse rei protegeu as artes e as religiões; seu domínio foi grande e chamou-se **império de Harsa**. Ele foi o último monarca indiano e poderoso da Índia Central; com sua morte, desapareceu o seu império e terminou o período clássico da civilização hindu, que mais tarde sofrerá invasões dos muçulmanos.

Durante o período que vai do segundo milênio a. C. até o VII século d. C., elaborou-se a cultura hindu que evoluirá e se enriquecerá sempre. Esse é, em rápidas pinceladas, o quadro político da Índia.

*

II. — OS DIVERSOS CONTACTOS COM OS OUTROS POVOS.

Diz-se que a Índia é um mundo fechado, mas ela não ficou completamente isolada do resto do mundo, pois foi invadida na Antigüidade por arianos, persas, gregos, saka, cuchana, hunos, e depois por árabes, turcos, mongóis e europeus.

Os seus contactos com outros povos nem sempre foram devidos a incursões militares, mas também a movimentos oriundos da ação de missionários e mercadores.

As vias de comunicações.

Os aspectos físicos da Índia não favoreceram maiores ligações; ao norte há o Himalaia, cadeia montanhosa que forma um arco de orientação NO-SE, cujos picos maiores ultrapassam 8.000 metros; a noroeste continua a área montanhosa através do maciço do Caracorum, ligando-se ao Pamir e indo até o planalto iraniano pelo Hindukush; a leste do Bramaputra há ainda cadeias montanhosas orientadas num sentido norte-sul que fecham a Índia do lado oriental; no oeste temos os montes Suleiman, que unidos ao Himalaia separam a Índia do Afeganistão e do Irã. A leste e oeste do planalto do Decão, há respectivamente duas cadeias denominadas Ghâtes orientais e ocidentais. Os ocidentais constituíram barreiras quase intransponíveis, já os Ghâtes orientais de menor altitude são mais acces-

síveis. Apesar de constituírem obstáculos à penetração, essas cadeias não chegaram a impedir contactos com outros povos.

As passagens naturais pelas montanhas são escassas, mas existem algumas no Himalaia, embora a 4.000 metros de altitude. Existe também uma rota fluvial através do Oxus que ligava a Índia à China, e já foi famosa no Paquistão como a “rota da sêda”. A noroeste há vários passos como o de Khaidar, que foi a rota tradicional dos invasores.

Apesar da Índia ser banhada de um lado pelo Mar de Oman e de outro pelo Oceano Índico, não houve maior facilidades de contacto por via marítima, visto serem de difícil acesso as suas costas, que fornecem uma relativa facilidade apenas a noroeste do Decão, no Guzerat, onde há portos naturais que se ligam ao vale do Ganges por vias terrestres. O Guzerat foi a área escolhida por europeus e árabes para manter as suas relações comerciais e construir aí suas feitorias. Além dessa região, só no sudeste da península há condições mais favoráveis à penetração.

O regime de monções é outro aspecto geográfico que tornou possível melhores relações comerciais da Índia. Não se tem certeza quanto à data, se 45 d. C. ou se 80-90 d. C., o certo é que Hipalos, no primeiro século de nossa era, utilizou-se dos ventos de monção para atravessar o mar de Oman. Depois da descoberta de Hipalos, incrementaram-se as relações marítimas entre o Mar Vermelho e os portos do Malabar, principalmente o de Mauziris.

Internamente o relêvo hindu não se apresenta como uma barreira às comunicações, pois em geral, a região é baixa e pouco acidentada. Todavia as comunicações a longas distâncias vêm-se restritas a poucas rotas que se tornaram tradicionais, principalmente aquelas que passam por desfiladeiros nas montanhas.

Entretanto o relêvo não foi o único obstáculo às comunicações, como aliás refere Renou Filliozat:

“Os inimigos do viajante, são antes, a sêde, a areia, a vegetação intemperante, a fauna, os maus caminhos, a chuva, o lodo... A floresta, sobretudo a floresta cerrada e pérvida, foi o maior obstáculo às correntes de civilização: é pela jungle e não pelo relêvo medíocre que os montes Vindhya e a Índia Central formam uma fronteira entre a Índia ariana e a Índia dravidiana” (5).

(5). — Renou-Filliozat, *op. cit.*, pág. 39.

A circulação interna era anualmente interrompida pela estação das chuvas. Os grandes impérios que tentaram a unificação da Índia preocuparam-se na manutenção das grandes vias, principalmente aquela “rota real”, que vai do Irã a Bengala pelo Pesavar e Patna. As dificuldades eram maiores na travessia dos rios, pois a Índia tem grande falta de pontes. Os meios de transporte eram lentos, constituídos por carros de boi, elefantes, e assim, levavam-se meses para atravessar a Índia.

Os rios eram as melhores vias de comunicação e permitiam o transporte de mercadorias pesadas e de pouco valor. O Ganges foi muito utilizado, bem como os rios do Decão. Em geral, as grandes cidades situavam-se junto aos rios para facilitar o intercâmbio.

E’ portanto um mito o isolamento total da Índia pois, apesar das dificuldades apresentadas pelas condições naturais, sempre foi possível encontrarem-se meios de comunicação adequados.

Os contactos pròpriamente ditos.

Êsses contactos foram de duas ordens: um guerreiro e outro pacífico. Já foram citadas na História política as diversas invasões sofridas pela Índia. Essas invasões foram devidas ora a migrações de povos da Ásia Central, que pressionavam outros povos, obrigando-os a se locomoverem e invadirem novas terras; outras devido à ambição de poderio político e de riquezas.

A Índia possuía alguns produtos muito procurados, como os perfumes, tecidos e especiarias, que atraíam a cobiça alheia. Todavia os contactos com outros povos nem sempre se deram de maneira violenta. Os indianos, pretendendo a difusão de suas religiões e também o enriquecimento material, expandiram-se no sul desde Madagascar até Tonquim, como relata Masson-Oursel:

“Perseguiam-se fins religiosos; visnuismo, sivaismo e budismo, procurando implantar-se em novos meios, sem que, não obstante, pareça que essas rivalidades tenham dado motivo a conflitos violentos. A assimilação dos austro-asiáticos ou os malaio-polinésios não parece ter sido o resultado de guerras encarniçadas” (6).

(6). — Masson-Oursel, *op. cit.*, pág. 96.

A expansão religiosa, em especial a do budismo, incrementou os contactos comerciais como no caso da China. Todavia os interesses religiosos não foram os únicos a proporcionar êsses contactos, mas, também existiam os impulsos econômicos. O escambo era feito com a Ásia e com o império romano através do Egito. Renou Filliozat relata a respeito:

“Na Antigüidade e ainda na Idade Média, a Índia foi um país industrial, ou se preferem, artesanal, exportando para todos os horizontes, da China ao Mediterrâneo, inúmeros objetos fabricados” (7).

Várias referências às relações comerciais são encontradas em autores antigos como em Estrabão ou em Plínio que nos informa:

“...o comércio do Egito com a Índia era de mais ou menos, 150 milhões de sestércios” (8).

Ainda Plínio na sua **História Natural**, terminada em 77, faz muitas referências ao intercâmbio comercial hindu. Outro autor, um mercador de Berenice, dá-nos maiores pormenores a respeito, na sua obra **Périplo do Mar Eriteu** (datada do fim do primeiro século). Essa obra é muito importante, pois é a única da Antigüidade que nos dá uma visão de conjunto mais exata, graças à experiência vivida pelo seu autor. Temos também referências nos textos budistas, hindus e chineses. Samaddar colecionou dados sôbre o comércio marítimo existentes no Veda, nos Sutas nos Jatakas e publicou-os na sua obra **Economic condition of Ancient India** (Universidade de Calcutá, 1922). Na antiga literatura tamul do Sangam encontramos confirmações da existência de um ativo comércio pelo mar, tanto com os vassallos do Yavana vindos do oeste, como com os países distantes do leste. Os dados arqueológicos orientais e ocidentais, confirmam essas relações (9).

As mercadorias exportadas pela Índia eram especiarias (principalmente canela e pimenta), cinanomo, pérolas, pedras preciosas, tecidos, cerâmicas, medicamentos e indigo. A Índia era a única que poderia exportar todos êsses artigos de luxo, tendo já firmado um alto conceito sôbre os seus produtos. Tais mercadorias eram canalizadas para o grande mercado con-

(7). — Renou-Filliozat, *op. cit.*, pág. 20.

(8). — Simões de Paula (E.), **Alguns aspectos das relações do Ocidente com o Extremo Oriente durante a Antigüidade e Idade Média**, in “*Revista de História*”, n.º 43, 1960, pág. 7.

(9). — Meile (Pierre), *Histoire de l'Inde*.

sumidor representado pelo Império Romano. Inicialmente o escambo era feito por vias terrestres e pelo Gôlfo Pérsico, através do Império Parta. Essa via onerava muito o preço das mercadorias, devido ao intermediário parta e não apresentava segurança. Devido a essas razões, preferiu-se a via do Mar Vermelho que comunicava diretamente Alexandria com a Índia. Todavia, ainda aí restava um intermediário, que era o árabe. Roma procurou por todos os meios eliminá-lo, conseguindo-o através duma concorrência aberta, mais com o auxílio de um tradicional inimigo dos árabes, os abissínios.

Na Índia a direção dos negócios cabia principalmente aos drávidas, mas

“...os mercadores cujos navios asseguravam as trocas entre o Oriente e o Ocidente, eram na maioria súditos romanos, sobretudo egípcios e sírios” (10).

As trocas entre o Egito e a Índia datam dos Ptolomeus e aumentaram quando aquêle se tornou província romana; depois da descoberta de Hípalos estreitaram-se ainda mais as suas relações. A costa do Malabar de fácil acesso, foi o principal destino das frotas romanas; aí destacaram-se como principais pontos de escala dos romanos, Naura, Tyndis, Mouziris e Nelkynda. Os navegadores romanos no primeiro século d. C., não ultrapassavam o Cabo Camorin, apesar disso o Gôlfo de Bengala apresentava também intenso movimento devido às relações hindu-malaias.

A Índia saiu-se com mais lucros desse intercâmbio com os romanos e outros povos. As divisas romanas eram canalizadas para a Índia como constata Pe. Vath:

“O comércio de Roma com a Índia era nitidamente deficitário. A diferença entre o valor das mercadorias ocidentais, — vinho, cobre, chumbo, estanho, vasos de ouro e prata e escravos dos dois sexos, — e o valor total das compras romanas, Roma devia pagá-las em moedas de ouro e de prata, que circulavam na Índia, sobretudo no sul em grandes quantidades” (11).

Além das citadas mercadorias Roma exportou para a Índia o coral, em tão grande quantidade que o produto chegou a tornar-se raro no mundo ocidental.

Graças a êsse escambo formaram-se no sul colônias de súditos romanos, construindo-se ali até um templo de Au-

(10). — Rev. Pe. Vath, *op. cit.*, pág. 68.

(11). — Rev. Pe. Vath, *op. cit.*, pág. 71.

gusto, nas vizinhanças de Mouziris. Essas colônias tinham pequenas peças com a effigie romana, que eram usadas como moedas.

Na Índia meridional, muitos príncipes hindus tinham yavanas (jônios) servindo como guardas em seus palácios.

Enfim, desde a Antigüidade até os nossos dias, a Índia exerceu atração sôbre os outros povos devido às suas riquezas e seus produtos. Agressiva ou pacificamente os hindus sofreram sempre o impacto de outras civilizações.

Resultados dêsses contactos.

Os diversos contactos entre a Índia e os outros povos (invasões, comércio, etc.) deram origem a uma mútua influênciam. As contribuições estrangeiras foram inúmeras e abrangiram diversos aspectos da vida hindu. Vamos examinar aqui apenas alguns dêsses aspectos.

No noroeste da Índia tivemos a influênciam grega nas artes, na numismática, na língua, na astronomia. Na pintura e arquitetura pequena foi a contribuiçãom helênica, mas foi bastante grande na iconografia. As representações de Buda mostram claramente essa influênciam, criando a denominada arte grego-búdica. No noroeste da Índia essa arte que se desenvolveu pouco antes de Cristo e subsistiu até o século V, apresenta motivos puramente gregos, um dos quais o capitel de acento greco-romano, com um pequeno personagem búdico sentado à indiana. Esta arte acha-se bem representada na região de Gandhâra.

A língua grega era corrente no noroeste e algumas palavras gregas chegaram a ser naturalizadas em sânscrito, tais como: skr. **klalina** (freio de cavalo); skr. **jamitra** (diametral, nome da sétima mansãom lunar). Em Taxila, antes e depois do advento de Cristo, liam-se clássicos gregos, viam-se peças do teatro ático.

Embora a astronomia hindu já estivesse desenvolvida quando do contacto com os gregos, foi renovada com êsse contacto.

Essa influênciam helênica bem como a ocidental foram levadas pelos indo-gregos e indo-partas à Índia, segundo Renou-Filliozat:

“No domínio científico os empréstimos da Índia ao helenismo, iniciaram-se sob o domínio indo-grego, mas foram continuadas sob os Kusâna e é sob seu império,

graças à grande unificação que Kaniska realizou, que a gnose alexandrina e as idéias iranianas começaram a se infiltrar no pensamento indiano” (12).

Além dessa influência salienta-se a dos persas em diversos setores. Na arquitetura, nota-se que os palácios aquemênidas parecem ter servido de modelos aos indianos, pois encontrou-se em Pátaliputra parte de um palácio real semelhante ao aquemênida. A êsse respeito diz Foucher, na obra **Art du Gandhâra**:

“Encontramos numerosos traços da influência ocidental (motivos assírios introduzidos pela influência persa e motivos persas), na arte das primeiras escolas indianas e que Cunningham chamou de estilo indo-persa: porta trapezoidal, capitel campaniforme, capitel com animais, leões aladas palmas, etc...”.

O sistema métrico hindu possui elementos emprestados ao sistema persa, que é baseado no talento monetário aquemênida.

“Com efeito, as medidas agrárias, os pesos mercantis, as medidas itinerárias e lineares, são do tipo idêntico àquêle introduzido no Egito sob o domínio persa” (13).

A própria concepção de realeza na Índia sofreu influência persa. E os trajes reais eram feitos com material estrangeiro, “e da mais fina lã dos rebanhos himalaios”, semelhantes aos trajes aquemênidas “de fundo púrpura realçado com ouro”. Há também grandes semelhanças entre o antigo iranianismo e o vedismo, pois os 32 deuses do **Avesta** e os 32 do **Veda** são da mesma formação. Os dois povos acreditam ser Yama o deus dos mortos bem-aventurados e têm as mesmas idéias sobre a morte. Até na

“magia branca ou medicina (baeshasa-bhesaja), que supõe fórmulas (mãthra-mantha), desenvolve-se na Índia e no Irã com empréstimos recíprocos nos tempos históricos” (14).

Talvez a mais importante contribuição persa à Índia foi a introdução da grafia **Kharosthî** derivada da escrita aramái-

(12). — Renou-Filliozat, *op. cit.*, pág. 236.

(13). — Vallée Poussin, *Indo-européens et indo-iraniens. L'Inde-jusque vers 300. Av. J. D.*, pág. 90.

(14). — Vallée Poussin, *op. cit.*, pág. 72.

ca. A princípio serviu para o comércio, depois para as chancelarias dos príncipes e também na correspondência privada.

Há diversas inscrições em **Kharosthi** que são denominadas **dipi** (do persa) em vez de **lipi**, e também são chamadas às vezes **nipista**, “escritas” em vez **likhita**, lembrando o velho persa **nipis**. São lembranças do domínio aquemênida e que nos fazem crer numa poderosa influência sôbre a chancelaria de Asoka. Êste rei que nos deixou inúmeros éditos e inscrições nas rochas, parece ter aprendido tal uso dos persas. Na realidade não se acredita ter existido uma separação entre o Irã e a Índia, e na Idade Média o platô iraniano era a “Índia Minor”. Segundo Vallée-Poussin:

“Houve sempre uma Índia trans-índica, que esteve mais ou menos sob a influência persa e onde as duas civilizações reencontraram-se”.

A Índia não conheceu sômente o **Kharosthi** mas teve também o alfabeto **brami**, constituído de 22 caracteres e que se acredita ser de origem semita. O **brami** foi introduzido na Índia pelos mercadores (800 a. C.) que faziam escalas nos seus portos. Lembrando ainda a influência semita, pois encontramos na Índia, desde os tempos védicos, a lenda do dilúvio, isto é, a lenda de Manú, o Noé dos brâmanes.

Essas são algumas das diversas contribuições estrangeiras à Índia, mas como as influências foram mútuas, veremos agora o reverso da medalha. Os arianos sofreram influência das concepções religiosas indo-dravidianas que seduziram-nos e persistiram até hoje na fé popular. A arquitetura da Índia clássica deu origem às arquiteturas da Insulíndia e da Indochina. A arte de Java nos séculos VIII e X apresenta elementos hindus. Grande foi a influência hindu na filosofia; a metafísica de Kapila e de Patañjali encontra-se refletida na escola dos neo-platônicos.

“As doutrinas de Pitágoras, reencarnação, lembrança das antigas existências, transmigração e saúde pela purificação da alma, sociedade religiosa, silêncio, interdições alimentares, regra, etc... — apresentam caráter hindu, brãmene ou búdico marcado” (15).

A matemática e a astronomia tiveram grande desenvolvimento na Índia que forneceu a outros povos sua contribuição respectiva. Antes mesmo de Pitágoras, ela já encontrara a so-

(15). — Vallée-Poussin, *op. cit.*, pág. 99.

lução do problema geométrico, bem como conhecera a teoria dos números e a álgebra superior.

“O essencial da aritmética compreendido para êle nas oito operações — adição, subtração, multiplicação, divisão, elevação ao quadrado e ao cubo, extração da raiz quadrada e cúbica — sem dúvida herdamos dêles e também a maneira de colocar as cifras” (16).

Resta-nos lembrar a sua grande influência no setor religioso, pois foi uma religião hindu que conquistou metade da Asia. Eis aí o acervo sócio-cultural que a Índia ofereceu aos demais povos.

*

III. — A SOBREVIVÊNCIA DA CULTURA HINDU.

Mesmo sofrendo diversos impactos, a cultura hindu soube conservar a sua originalidade, assimilando o que conseguiu das relações com os estrangeiros, adaptando novos elementos à sua conjuntura e continuar existindo em tôda a sua fôrça e originalidade.

Ela conseguiu impor-se aos invasores, alguns dos quais de adiantada cultura, como gregos e persas, indianizando-os, “engolindo-os” de tal maneira que se tornou difícil a separação entre o que era seu, e o que era adventício. Essa sua capacidade de assimilação não se deve a um só motivo mas a um conjunto de razões de diversas ordens: razões geográficas, históricas, filosófico-religiosas, sociais, etc. A geografia auxiliou a Índia na conservação do seu gênio, pois as montanhas, as florestas, dificultaram a infiltração de novos elementos. Durante muito tempo o Decão continuou a sua vida independentemente da penetração ariana no norte. O sul resistiu aos contactos auxiliado pela vegetação exuberante e intrincada. As condições climáticas, reguladas pelas monções, com as duas nítidas estações — sêca e chuvosa — criaram um gênero de vida diferente, obrigando os adventícios a se curvarem diante dêle. Além disso, as condições naturais auxiliaram-na a incorporar ao seu organismo novos elementos étnicos e culturais. Diante dos obstáculos oferecidos pela natureza, sòmente os mais fortes e astutos conseguiram ultrapassar os limites hindus. Apesar de fortes, êles foram vencidos pelo calor sufocante que debilita o homem, tornando-o cismador e indolente.

(16). — Rev. Pe. Vath, *op. vit.*, pág. 77.

A cultura hindu é o resultado de vários séculos de elaboração e criou uma profunda tradição. Essa tradição transmitida hereditariamente em geral por via oral, conservou o seu gênio. A Índia possui escritas, mas preferiu a transmissão oral, conservando-a mesmo até hoje

“...o hábito da redação escrita, não aboliu aquêle da recitação oral, que continuou até nossos dias como sendo o modo de transmissão que mais respeita as conveniências e o mais conforme com as regras tradicionais” (17).

O tempo que tudo destrói foi seu aliado, pois conseguiu torná-la forte mesmo na sua fraqueza. A sua cultura milenar sobrepôs-se às culturas mais novas. Sofrendo diversas invasões, era necessário criar um meio de defesa, pois o problema resumia-se em “engolir ou ser engolido”, e a Índia preferiu naturalmente a primeira alternativa. Diante do conquistador forte e conhecendo a sua fraqueza, contemporizou algumas vezes, repeliu-os quando pôde, mas adotou sempre um meio de resistência indestrutível, isto é, a sua atitude passiva, a inação.

A ausência de unidade política na Antigüidade permitiu o desenvolvimento simultâneo de diferentes elementos culturais, que através do tempo se entrelaçaram, criando a característica heterogeneidade da sua civilização.

A Índia é a terra da filosofia e das religiões. Com extraordinário crescimento vegetativo, com recursos parcos e mal distribuídos entre a massa humana, era preciso criar-se concepções filosófico-religiosas para poder sobreviver a despeito das condições adversas.

“A miserável existência da maioria dos hindus explica por um lado, as modalidades da religião individual e da reflexão filosófica” (18).

Essa existência deu origem a um pessimismo doloroso, e criou a convicção de que a pouca alimentação e a pequena atividade eram os meios de salvação. O hindu miserável passou a pensar mais na vida além-túmulo do que nesta, procurando na outra existência compensações para os males desta.

As concepções filosóficas não são privilégios dos miseráveis, pois os ricos não tendo que trabalhar, vão se dedicar a

(17). — Rev. Pe. Vath, op. cit., pág. 30.

(18). — Masson-Oursel, op. cit., pág. XIII.

uma “evasão espiritual”. As seitas religiosas dos desprotegidos aumentaram ao máximo as imagens de glórias e bem-estar da outra vida. Essa característica hindu teve o papel mais importante na conservação do seu gênio, pois desprezando a vida terrena, ela desprezou também aos invasores, resistindo-os passivamente, fechando-se cada vez mais sôbre si mesma.

A própria organização social aliada à religião, serviu como barreira à penetração e modificação da civilização hindu. A instituição das castas que teve inúmeras causas, é um conjunto de grupos sociais designados pelos mesmos nomes-casta dos brâmanes, dos escribas, dos comerciantes, etc. Trata-se de um grupo endogâmico que tem as mesmas ocupações, os mesmos usos e tradições. A casta foi a única unidade na Índia, foi o “laço de nacionalidade, de raça, de igreja”. A Índia permaneceu politeísta não recusando o seu culto a nenhum deus. Surgiram graças às diferentes religiões, “castas a parte”, na sociedade hindu, mas,

“a crença não exerceu senão uma influência insensível sôbre a conduta, sôbre o **mos majorum** que está especificado nas regras da casta. Ritos do matrimônio, do nascimento, da educação do culto dominante, dos funerais, uma vez fixados nos meios aristocráticos arianos, permaneceram invioláveis nesses meios e restam reconhecíveis malgrado a usura do tempo e a transformação dos dogmas” (19).

Indiscutivelmente a casta é uma instituição brâmane e este é que aprova ou não uma nova casta, isto é, para um grupo social formar uma nova casta, é preciso ter um mínimo de bramanismo: regras de casamento ou de nascimento brâmanes. A casta é por princípio endogâmica e hierarquizada rigidamente. Como é possível influir ou mesmo fazer parte dessa sociedade tão fechada? — Aos adventícios ela se mostrou hostil, distante, inacessível.

*

CONCLUSÕES.

O mundo indiano é considerado à parte, fora do curso geral das civilizações. Todavia, é um fito o seu total isolamento, independente dos obstáculos naturais, pois ela é uma das terras mais percorridas por estrangeiros. Povos de tôdas as partes e em todos os tempos visitaram-na. A Índia não desenvol-

(19). — Vallée-Poussin, *op. cit.*

veu técnicas materiais, mas deu uma grande contribuição à humanidade com as suas concepções filosóficas, religiosas e científicas. O seu papel histórico pode ser comparado ao do helenismo, quando nos lembramos da influência poderosa das suas religiões e ciências na Ásia. Ela não pode ser considerada à parte da História geral e mesmo da ocidental, pois também os ocidentais devem-lhe muita coisa.

O impressionante nessa terra foi a sobrevivência de sua civilização enquanto as altas civilizações (egípcia, grega, romana), estão enterradas. Ela atravessou os séculos conservando sua força e originalidade. Emprestou elementos dos estrangeiros, adaptou-os às suas condições e “nacionalizou-os”. O seu gênio ao conservar o seu espírito não se deve a ter-se furtado às influências adventícias, mas, à sua vitalidade, à sua assimilação e às suas diferentes maneiras de resistir a elas.

Adotando a inação, ela demonstrou ser esta a mais sábia e mais inquebrantável resistência ao estrangeiro. Enfim, apesar de não podermos falar em uma “nação indiana”, na Antigüidade podemos citar uma indianidade, uma civilização hindu, onde se destacam as filosofias e religiões.

*
* *
*

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA.

- Courtillier (G). — **Les anciennes civilisations de l'Inde**. Colin, Paris. 1930.
- Grousset (R.). — **Histoire de l'Asie**. Presses Universitaires de France, Coleção “Que Sais-Je?”, n.º 108, 1947.
- Halphen (L.)-Sagnac (Ph.). — **La prépondérance anglaise**. Presses Universitaires de France. Peuples et Civilisations, vol. XI, 1949.
- Levy (Sylvain). — **Memorial Sylvain-Levy**. Paul Hartman Ed. — Paris.
- Meile (Pierre). — **Histoire de l'Inde**. Presses Universitaires de France. Coleção “Que Sais-Je?” n.º 89, 1951.
- Meynier (A.) — Perpillou (A.). — **Geografia de las grandes potencias**. Ed. Rialp. Madri, 1958.
- Oursel (P. M.) — Grabowska (H. de W.) — Stern (P.). — **L'Inde Antique et la civilisation Indienne**. Col. Evolution de l'Humanité. Paris, vol. 31.
- Paula (E. Simões de). — **Alguns aspectos das relações do Ocidente com o Extremo Oriente durante a Antigüidade e a Idade Média**. “Revista de História”, n.º 43, 1960.

Poussin (L. Vallée). — **Indo-europeens et Indo-iraniens. L'Inde jus-
que vers 300 Av. J. D.** Paris, 1942.

Renou (L.). — **Les littératures de l'Inde.** Presses Universitaires de
France. Coleção "Que Sais-Je?", n.º 503, 1951.

Renou (L.) — Filliozat (J.). — **L'Inde Classique.** Payot, Paris.

Vath (Rev. Pe.). — **Histoire de l'Inde et de sa culture.** Payot. Pa-
ris. 1937.

ALDA MAURO TÍRICO

da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba.